

GRAMSCI E A QUESTÃO RELIGIOSA: APORTES METODOLÓGICOS PARA A ANÁLISE POLÍTICA DAS LUTAS HEGEMÔNICAS

GRAMSCI AND THE RELIGIOUS QUESTION: METHODOLOGICAL CONTRIBUTIONS FOR THE POLITICAL ANALYSIS OF HEGEMONIC STRUGGLES

Diogo Valença de Azevedo Costa¹

RESUMO

O presente artigo debate a importância da questão religiosa nos *Cadernos do Cárcere* de Antonio Gramsci. A partir de um breve balanço de como a temática da religião foi percebida pelos intérpretes da obra do marxista sardo, procurou-se demonstrar o quanto essa questão foi também fundamental para a elaboração da categoria política de hegemonia. Nesse sentido, são sugeridas hipóteses de futuras pesquisas que dizem respeito ao estudo das relações entre religião e lutas hegemônicas. No caso brasileiro, em que o elemento religioso se apresentou como decisivo nas últimas eleições presidenciais, o pensamento de Gramsci fornece aportes metodológicos indispensáveis para se pensar os embates políticos contemporâneos.

PALAVRAS-CHAVE: Antonio Gramsci. Questão Religiosa. Cadernos do Cárcere. Hegemonia.

ABSTRACT

This paper discusses the importance of the religious question in Antonio Gramsci's *Prison Notebooks*. From a brief balance of how the theme of religion was perceived by interpreters of the work of the Sardinian Marxist, we try to demonstrate how this question was also fundamental for the elaboration of the political category of hegemony. In this sense, hypotheses are suggested for future research regarding the study of the relations between religion and hegemonic struggles. In the Brazilian case, where the religious element was decisive in the last presidential elections, Gramsci's thought provides essential methodological contributions to think about contemporary political struggles.

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (CAHL/UFRB). Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (PPGCS/UFRB). E-mail: valencadiogo@ufrb.edu.br/valencadiogo@hotmail.com

Gramsci e a questão religiosa: aportes metodológicos para a análise política das lutas hegemônicas – Diogo Valença de Azevedo Costa – p. 109-145

KEYWORDS: Antonio Gramsci. Religious Question. Prison Notebooks. Hegemony.

INTRODUÇÃO

Querido Delio,

Sinto-me um pouco cansado e não posso escrever muito. Mas me escreva sempre e de tudo que lhe interessa na escola. Penso que você gosta de história, tal como eu gostava quando tinha sua idade, porque se refere aos homens vivos, e tudo o que se refere aos homens, ao maior número possível de homens, a todos os homens do mundo enquanto se unem entre si em sociedade, trabalham, lutam e melhoram a si mesmos – tudo isto só pode lhe dar prazer, mais do que qualquer outra coisa. Mas será que é assim mesmo? Abraços, Antonio. (*Carta de Gramsci ao filho Delio*, não datada; GRAMSCI, 2005, p. 429; 1988, p. 267).

As últimas eleições presidenciais brasileiras, que culminaram na vitória de Jair Bolsonaro em 2018, então candidato do Partido Social Liberal (PSL), hoje sem vínculo partidário, revelaram o peso decisivo da dimensão religiosa na definição dos rumos do processo político. O voto evangélico – de acordo com a pesquisa Datafolha de 25 de outubro de 2018, ou seja, realizada três dias antes do segundo turno – alcançou uma diferença estimada de cerca de 11,6 milhões a favor de Bolsonaro (IHU, 2018), em comparação a Fernando Haddad, candidato pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Mesmo representando cerca de um terço do eleitorado brasileiro, os evangélicos (particularmente os grupos pentecostais e neopentecostais) ajudaram a garantir a eleição do capitão reformado do exército. Entre os católicos se estima, em conformidade com a mesma pesquisa Datafolha, que a margem a favor deste último foi muito estreita, cerca de 164.000 votos (IHU, 2018). A participação do segmento evangélico, aliada a outras circunstâncias políticas e históricas, foi favorável à vitória de um candidato até então inexpressivo no cenário nacional e de conhecidas convicções extravagantes, antidemocráticas, reacionárias e saudosistas da época da ditadura empresarial-militar que se abateu no Brasil de 1964 a 1985. Entre os católicos, o apoio se deu entre os segmentos mais conservadores da Renovação Carismática Católica (PY, 2021). Essas indicações

Gramsci e a questão religiosa: aportes metodológicos para a análise política das lutas hegemônicas – Diogo Valença de Azevedo Costa – p. 109-145

evidenciam a presença decisiva da religião na política brasileira atual e tornam necessário um enfoque teórico crítico das ciências sociais para analisar a questão religiosa.

Acreditamos que um enfoque altamente crítico pode ser buscado nas reflexões de tradições marxistas que abordam o lugar da religião nas lutas hegemônicas como um agente fundamental das relações de força políticas. Talvez o exemplo clássico mais notório sejam os estudos de Engels sobre as guerras camponesas na Alemanha, opondo entre si as visões teológicas de Martin Lutero e Thomas Münzer. O objeto deste artigo não será o papel dos grupos religiosos evangélicos ou católicos conservadores na eleição de Bolsonaro, mas esse acontecimento se torna referência importante para se recuperar o debate marxista sobre a religião, no mínimo com a intenção de que as forças democráticas possam pensar em futuras estratégias políticas de luta hegemônica para barrar o crescimento das forças reacionárias e de nítidas feições fascistas. Seria impossível, no entanto, abordar a questão religiosa em toda a tradição marxista. Nesse sentido, o presente trabalho foi pensado para tratar apenas a problemática da religião nos *Cadernos do cárcere* de Antonio Gramsci, com o objetivo de traçar procedimentos metodológicos para a análise política das lutas hegemônicas. Isso significa que não serão debatidos, por exemplo, os pontos de vista de Marx sobre a religião e sequer serão consideradas as primeiras formulações de Gramsci sobre temáticas religiosas nos seus escritos jornalísticos pré-carcerários, textos profundamente vinculados à sua atuação como dirigente revolucionário, primeiro no Partido Socialista Italiano (PSI) e depois no Partido Comunista da Itália (PCd'I). É certo que os escritos pré-carcerários são fundamentais para compreender as reflexões posteriores nos *Cadernos do cárcere*. Tal enfoque se deu por uma opção de analisar apenas as notas de prisão, por si só já bastante complexas.

Na primeira parte do presente artigo serão debatidas algumas questões metodológicas preliminares e provisórias, a fim de justificar a delimitação das leituras selecionadas sobre Gramsci e a religião, bem como de apresentar os procedimentos de análise das passagens diretamente relacionadas aos acontecimentos históricos sobre assuntos religiosos em os *Cadernos do cárcere*. Num segundo momento serão levantadas as principais hipóteses de trabalho que dizem respeito às relações entre Gramsci e o

Gramsci e a questão religiosa: aportes metodológicos para a análise política das lutas hegemônicas – Diogo Valença de Azevedo Costa – p. 109-145

estudo da religião como ideologia e elemento fundamental do campo de forças das disputas hegemônicas, contrapondo-se aqui autores que se vinculam a uma leitura estrutural dos *Cadernos* àqueles que se vinculam a uma perspectiva filológica e diacrônica, em muitos aspectos bastante inovadora e antidogmática. Por fim, a temática religiosa será abordada segundo os critérios metodológicos de uma leitura política da realidade histórica, que em Gramsci se desenvolve a partir de uma das categorias mais centrais de seu pensamento, a noção de hegemonia. A própria análise do catolicismo como fenômeno político e histórico concreto foi essencial para que Gramsci pudesse desenvolver a própria noção de hegemonia. Essas duas dimensões são, por isso mesmo, indissociáveis. O propósito será, a partir dessa discussão *gramsciana*, sugerir alguns caminhos metodológicos para a análise marxista da religião. De igual modo, futuras investigações sobre o cenário político brasileiro atual poderão se servir das formulações teóricas aqui debatidas e apontar estratégias para as disputas hegemônicas.

ALGUMAS QUESTÕES PROVISÓRIAS DE MÉTODO

Num primeiro esboço aproximativo, pode-se dizer que Gramsci assume a visão de mundo marxista, ontológica, em relação à religião. Esta seria fruto das circunstâncias históricas e, no fundo, sua construção se apresenta como um processo político. No plano filosófico, o estudo *gramsciano* da religião reafirma sua adesão à *filosofia da práxis* como uma nova e unitária concepção de mundo. No entanto, as questões políticas que envolvem as transformações históricas do *catolicismo*, ocorridas durante e após o *Risorgimento*, o período da unificação italiana, bem como nas relações entre o papado e os estados nacionais europeus como França, Alemanha e Áustria, lhe servem como um modelo negativo de construção da sociedade civil numa futura sociedade comunista, ou *sociedade regulada* como costuma escrever nos *Cadernos do cárcere*. A *filosofia da práxis*, o marxismo, seria a nova concepção de mundo que desafia ao mesmo tempo as antigas formas ideológicas religiosas vinculadas às sociedades medievais e o nascente liberalismo da sociedade capitalista moderna.

Gramsci e a questão religiosa: aportes metodológicos para a análise política das lutas hegemônicas – Diogo Valença de Azevedo Costa – p. 109-145

Afirmar que o comunista sardo tenha aderido integralmente a uma visão de mundo marxista não significa, contudo, que sua postura em relação à religião seja dogmaticamente anticlerical, anticatólica ou ateu¹. Afirmar com razão Giuseppe Staccone, em *A filosofia da religião: o pensamento do homem ocidental e o problema de Deus*, que a

problemática do *ateísmo*, ainda presente na reflexão marxiana [de Marx], está totalmente ausente da obra gramsciana, na qual o *conteúdo* da religião é avaliado não por sua consistência ontológica (se Deus existe ou não!) e sim por sua capacidade de mover as consciências para a *ação política* (STACCONE, 1991, p. 168; primeira edição, 1987).

Não seria menos verdade, porém, que em todo o *Caderno 11*, intitulado *Introdução ao estudo da filosofia*, o qual no tocante à edição temática brasileira dos *Cadernos do cárcere* estaria mais próximo do volume intitulado *Concepção dialética da história*, ao tratar das tensões entre objetividade e subjetividade na construção do conhecimento histórico, um processo gnosiológico ao mesmo tempo político, Gramsci assume uma posição coerentemente marxista de refutação do positivismo e de uma consciência religiosa idealista². Chega, inclusive, a perceber uma origem religiosa na concepção ou crença positivista de objetividade de uma realidade externa – muito provavelmente atemporal e absoluta – independente do sujeito-cognoscente. No § 17, intitulado “A chamada «*realidade do mundo exterior*»”, após dizer que se trata de uma questão “em grande parte fútil e ociosa”, irá se perguntar:

O público “crê” que o mundo exterior seja objetivamente real, mas precisamente aqui surge o problema: qual a origem desta “crença” e que

¹ O presente artigo se refere principalmente ao *catolicismo*, pois as análises de Gramsci se concentram substancialmente sobre a religião católica. Mesmo quando aborda a *reforma protestante*, seus interesses estão voltados para a caracterização do processo histórico de enfraquecimento, desagregação e restauração da hegemonia católica na sociedade civil em realidades nacionais concretas.

² Para uma discussão mais aprofundada das complexas e tensas relações entre objetividade e subjetividade, ciência e ideologia, verdade e relatividade, a partir do *Caderno 11* e levando em conta a construção de estratégias políticas para as lutas atuais das forças de esquerda latino-americanas, ver Javier Balsa, La crítica al objetivismo y la propuesta epistemológico-política contenida en el Cuaderno 11, *International Gramsci Journal*, v. 2, n. 4, p. 3-36, 2018.

Gramsci e a questão religiosa: aportes metodológicos para a análise política das lutas hegemônicas – Diogo Valença de Azevedo Costa – p. 109-145

valor crítico tem “objetivamente”? De fato, esta crença é de origem religiosa, mesmo se quem dela partilha é religiosamente indiferente. Dado que todas as religiões ensinaram e ensinam que o mundo, a natureza, o universo, foi criado por Deus antes da criação do homem e, portanto, que o homem já encontrou o mundo pronto e acabado, catalogado e definido de uma vez por todas, esta crença tornou-se um dado férreo do “senso comum”, vivendo com a mesma solidez ainda quando o sentimento religioso está apagado e adormecido (GRAMSCI, 2001a, p. 129-130; 2001c, p. 1411-1412).

Assim, ao identificar as raízes religiosas da concepção materialista ingênua que apregoa a “realidade objetiva do mundo exterior”, uma das intenções de Gramsci seria compreender o papel ativo da *práxis*, aqui entendida como consciência histórica vinculada ao modo de vida dos indivíduos, na produção de conhecimentos sobre as sociedades humanas. Por outro lado, o marxismo, a *filosofia da práxis*, sintetizaria de modo consistente e coerente as conquistas mais avançadas das filosofias anteriores e, pode-se acrescentar, da ciência e de outras formas de conhecimento construídas historicamente. Ou seja, a visão filosófica de Gramsci se atrela a suas aspirações políticas de construção de uma nova sociedade, tomando-se como expressão teórica da *práxis revolucionária* o marxismo. No § 22 do já aludido *Caderno 11*, irá dizer:

A função e o significado da dialética só podem ser concebidos em toda sua fundamentalidade se a filosofia da práxis for concebida como uma filosofia integral e original, que inicia uma nova fase na história e no desenvolvimento mundial do pensamento, na medida em que supera (e, superando, integra em si os seus elementos vitais) tanto o idealismo quanto o materialismo tradicionais, expressões da velha sociedade. Se a filosofia da práxis é pensada apenas como subordinada a uma outra filosofia, é impossível conceber a nova dialética, na qual, precisamente, aquela superação se efetua e se expressa (GRAMSCI, 2001a, p. 143; 2001c, p. 1425).

Se o ateísmo não seria uma questão relevante para Gramsci, no que aqui se está inteiramente de acordo, tal se dá justamente por ter assumido integralmente o ponto de vista ontológico do marxismo em relação à religião. Se esta seria fruto das relações sociais e históricas concretas, refletindo ora aspectos alienantes dessas mesmas relações, ora

Gramsci e a questão religiosa: aportes metodológicos para a análise política das lutas hegemônicas – Diogo Valença de Azevedo Costa – p. 109-145

tenções e fraturas das forças sociais constituídas nas disputas entre grupos dirigentes e dirigidos, não haveria sentido lutar única e exclusivamente contra a religião, pois esta seria expressão de conteúdos sociais e políticos historicamente enraizados. Gramsci não assume uma posição anticlerical ingênua, assestando suas armas quixotesicamente contra os moinhos de vento espirituais da religião. Romain Descendre (2019) chega mesmo a argumentar que, apesar da hostilidade de Gramsci a uma instituição refratária a qualquer horizonte emancipatório, tal condenação ideológica não lhe impediu de se dedicar com profundidade a uma história crítica do *Catolicismo*. Indo um pouco mais longe, é preciso reconhecer que Gramsci, na análise do Partido Popular Italiano (PPI), percebeu um potencial contestatório das massas camponesas religiosas, cujo objetivo do partido era justamente assimilá-las e domesticá-las politicamente, em prol dos interesses das altas hierarquias eclesiásticas e dos católicos conservadores.

A luta real deveria estar concentrada nas condições sociais que transformam a religião no “ópio do povo”. Essa seria a posição de Marx, a qual Gramsci irá radicalizar ao encarar a religião em suas dimensões ideológica e política como construtora de uma ética para a ação coletiva dos indivíduos, dos grupos ou agrupamentos, dos intelectuais e, numa lógica complexa de medições, das classes e frações de classes. Será sob esse prisma que as contribuições de Gramsci, para a análise da religião em sua dimensão ideológica de choques e articulações entre forças políticas, poderão fornecer alguns aportes metodológicos para se pensar as disputas hegemônicas do passado, remoto e recente, e do presente em movimento, nos mais diversos contextos locais, nacionais, regionais e internacionais.

A principal dificuldade para se abordar o assunto reside nas próprias vicissitudes das publicações e recepção de Gramsci no Brasil. Isso porque a forma de ler suas obras influencia diretamente na interpretação de suas ideias. Em relação à temática da religião há um problema ainda maior: no Brasil são poucas as referências que discutem em profundidade essa questão mais específica, apesar de sua centralidade na construção da categoria de hegemonia nos *Cadernos do cárcere*. Um dos pressupostos do presente

Gramsci e a questão religiosa: aportes metodológicos para a análise política das lutas hegemônicas – Diogo Valença de Azevedo Costa – p. 109-145

artigo seria justamente este, o de que as reflexões de Gramsci sobre a religião foram fundamentais para se pensar sua categoria de hegemonia³.

Em termos das publicações dos escritos *gramscianos* no Brasil, há a se considerar os dois formatos em que os *Cadernos do cárcere* vieram a lume aqui, o temático e o mais recente, crítico-temático. A edição no formato crítico, inaugurado pelo trabalho minucioso de Valentino Gerratana (GRAMSCI, 2001c; primeira edição publicada em 1975), jamais recebeu uma tradução brasileira. Do mesmo modo, a mais recente “edição nacional”, ainda nos seus primeiros passos do processo de publicação (menos da metade dos escritos *gramscianos* estão disponíveis nesse novo formato) e aos cuidados de Gianni Francioni, bem mais precisa na identificação da cronologia dos parágrafos dos *Cadernos*, também não foi traduzida e talvez sequer se cogite de sua tradução no futuro, quando toda a edição tiver sido efetivamente completada. A distinção metodológica entre uma leitura predominantemente sincrônica/estruturalista e diacrônica/filológica dos *Cadernos* irá acarretar diferenças de interpretação do conjunto da obra carcerária de Gramsci e, em especial, de suas notas sobre a religião. Um ou outro tipo de edição favorece, de um lado, uma leitura mais sincrônica/estruturalista ou, de outro, mais diacrônica/filológica das notas carcerárias de Gramsci e isso acarreta sérias consequências no modo de incorporar suas ideias no delineamento das estratégias políticas⁴.

A tradução da edição temática dos *Cadernos* no Brasil data da década de 1960 e nem todos os volumes foram traduzidos. Carlos Nelson Coutinho (2005, p. 32-38) traça um histórico das circunstâncias culturais e políticas dessa primeira edição brasileira dos escritos carcerários de Gramsci. De igual modo, Coutinho será responsável pela segunda edição crítico-temática dos *Cadernos do cárcere*, combinando critérios das edições crítica

³ Essa visão é defendida por Marie Lucas (2019), cuja contribuição no presente dossiê reforça os argumentos nesta mesma direção. Gostaria de agradecer a essa autora a indicação de algumas leituras sobre Gramsci e a questão religiosa que me ajudaram na elaboração dos argumentos aqui desenvolvidos.

⁴ Para uma crítica das leituras estruturalistas de Gramsci em termos de valorização de uma leitura diacrônica dos *Cadernos do cárcere*, enfatizando as consequências para se pensar as estratégias políticas da esquerda na América Latina, ver Javier Balsa, Pensar la estrategia política a partir de los aportes de las nuevas lecturas sobre la obra de Gramsci, *Batalla de ideas*, 2018. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/73329/CONICET_Digital_Nro.a29ed215-a0de-4c5c-b9db-0fbac5c251a5_A.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 20 de fev. de 2021.

Gramsci e a questão religiosa: aportes metodológicos para a análise política das lutas hegemônicas – Diogo Valença de Azevedo Costa – p. 109-145

de Valentino Gerratana e temática de Palmiro Togliatti. O pioneiro tradutor de Gramsci também reconhece, na elaboração da mais recente edição crítico-temática brasileira, a incorporação de algumas reformulações propostas por Gianni Francioni à primeira edição crítica italiana (COUTINHO, 2001, p. 32). Embora nunca seja demais homenagear a generosa iniciativa intelectual de Coutinho, sem a qual o pensamento de Gramsci poderia ter ficado por muito mais tempo desconhecido no Brasil, deve-se reconhecer que a edição temática dos *Cadernos* favorece mais uma leitura de orientação estruturalista, sem dúvidas de todo contrária às perspectivas políticas e filosóficas do próprio tradutor⁵. No entanto, o agrupamento temático das notas carcerárias, sem a devida explicação de que se trata de uma organização não realizada por Gramsci, dado que os prefácios de cada um dos volumes das edições temáticas foram traduzidos e não publicados (COUTINHO, 2001, p. 38), fomentava a impressão de que o comunista sardo havia escrito de maneira sistemática suas notas de prisão, ou seja, de que tais notas não teriam passado por um trabalho constante de escrita, reescrita e sucessivas alterações, num esforço de apreensão da concretude histórica das tensões políticas da época, italianas e internacionais.

Ora, seria certo exagero dizer que a simples leitura da edição temática favoreceria uma visão estruturalista de Gramsci. Isso se deve mais à moda do estrutural-marxismo dos anos de 1960 e 70, ao esquematismo teórico que favorece a tomada de posições dogmáticas na luta política, mas sem recursos metodológicos para captar as mudanças políticas conjunturais e avaliar as correlações de forças reais, como também à transposição de estruturas partidárias centralistas, distantes da realidade de uma sociedade de massas como a brasileira, permeadas por contradições que, se possuem íntimas relações com os antagonismos de classe, vão também além destes, como as lutas de raça e o combate ao racismo por parte dos movimentos negros. A verdade é que a edição temática e mesmo a crítico-temática limitam as diversas potencialidades de uma leitura diacrônica/filológica dos *Cadernos* e, nesse sentido, se reduz consideravelmente a chance

⁵ Em *O estruturalismo e a miséria da razão*, Coutinho (2010; primeira edição, 1972) tece duras críticas ao marxismo estruturalista de Louis Althusser e a outras correntes das ciências sociais.

Gramsci e a questão religiosa: aportes metodológicos para a análise política das lutas hegemônicas – Diogo Valença de Azevedo Costa – p. 109-145

de se apreender Gramsci como um pensador vivo, avesso a qualquer redução esquemática das categorias políticas de análise do real concreto-histórico em movimento.

Apesar da importância das edições temática e crítico-temática, principalmente para aqueles que se iniciam na leitura da obra *gramsciana* e necessitam de uma visão compreensiva e de conjunto dos escritos carcerários, uma releitura dos *Cadernos*, para fins de sua incorporação à *práxis* política revolucionária, exige no mínimo o exame atento da clássica edição crítica de Valentino Gerratana ou, no caso das mais recentes contribuições de Gianni Francioni, Giuseppe Cospito e Fabio Frosini⁶, do esforço filológico minucioso de determinação da polissemia das noções trabalhadas por Gramsci e de sua reconstrução cronológico-diacrônica. Esse trabalho de reconstrução histórica detalhada da cronologia dos *Cadernos* dá margem a novas interpretações sobre o pensamento de Gramsci, baseando-se no método particular de investigação do comunista sardo e não em reagrupamentos às vezes arbitrário de suas categorias políticas. As novas possibilidades das mais recentes releituras filológicas dos *Cadernos* podem ser vislumbradas nas premissas metodológicas apresentadas por um dos responsáveis pela chamada *Edição nacional*, Giuseppe Cospito, em seu livro *Il ritmo del pensiero: per una lettura diacronica dei «Quaderni del carcere» di Gramsci* (COSPITO, 2011). Nas suas próprias palavras, essa perspectiva metodológica consiste em

valorizar o plano diacrônico em relação àquele sincrônico, o caráter aberto da reflexão gramsciana em relação aos seus (nunca definitivos) pontos de chegada, a polissemia dos conceitos e das categorias de que se utiliza em relação às definições singulares (COSPITO, 2011, p. 11).

⁶ A mais recente edição crítica dos *Cadernos do cárcere*, aos cuidados de G. Francioni, conta com a colaboração de G. Cospito e F. Frosini. A chamada *Edizione nazionale dei Quaderni* parte de críticas à edição Gerratana, incorporando os cadernos de tradução de Gramsci e revisando a ordem cronológica exata da feitura de cada parágrafo, com objetivo de acompanhar passo a passo o ritmo de um pensamento em construção. Para uma visão geral das características da nova edição crítica, ainda incompleta e em processo de publicação, ver Giuseppe Cospito, L'Edizione nazionale dei *Quaderni del carcere*, *Laboratoire Italien*, n. 18, 2016.

Gramsci e a questão religiosa: aportes metodológicos para a análise política das lutas hegemônicas – Diogo Valença de Azevedo Costa – p. 109-145

Trata-se de uma tentativa de apreender o “ritmo do pensamento em desenvolvimento” (COSPITO, 2011, p. 13) e, nesse sentido, reconstruir Gramsci como um pensador vivo que reage aos acontecimentos de sua época, reformulando suas conclusões sempre provisórias anteriores e reconstruindo suas categorias de análise do mundo político e histórico. Em outros termos, trata-se de resgatar a atitude prática e teórica de Gramsci em seu esforço de se posicionar diante das questões históricas fundamentais da luta política em que se encontrava inserido. Situado no centro das contradições e antagonismos das relações de forças políticas, dada a sua adesão ideológica aos horizontes comunistas de construção de uma nova sociedade, Gramsci não poderia ossificar suas categorias e conceitos em esquemas teóricos pré-moldados. Por isso, na primeira parte de seu livro *Cospito* desconstrói justamente algumas das camisas-de-força em que se procurou historicamente limitar os movimentos das ideias gramscianas. Um exemplo seria a sua análise de como Gramsci vai abandonando, no decorrer de um percurso acidentado de idas e vindas, rupturas e rearticulações, a metáfora da *estrutura e superestrutura* do chamado “bloco histórico”, para buscar apreender as transformações moleculares presentes nas disputas das forças políticas antagônicas.

A substituição da metáfora da “estrutura-superestrutura” pela noção de “relações de força” permite uma análise mais ágil das disputas hegemônicas e, ao final, *Cospito* irá propor uma (re)definição da própria categoria de hegemonia (COSPITO, 2011, p. 123-126), a qual se voltará mais adiante, no terceiro tópico do presente artigo. O essencial a reter aqui, contudo, diz respeito a uma crítica das leituras sistemáticas dos *Cadernos do cárcere* que, com o intuito de popularizar o pensamento de Gramsci, um objetivo em si mesmo politicamente necessário, termina por enquadrá-lo em específicas tradições marxistas estranhas ao modo de ser e de refletir do comunista sardo. Esse seria o equívoco das leituras estruturalistas da obra gramsciana, tendo como um dos seus exemplos mais acabados o livro de Hugues Portelli (1977; com a primeira edição original em francês datada de 1972), *Gramsci e o bloco histórico*. Não seria o caso de desmerecer o esforço de sistematização das leituras estruturalistas de Gramsci, as quais parecem privilegiar a dimensão sincrônica de análise, pois dentre os méritos de Portelli, por exemplo, está a Gramsci e a questão religiosa: aportes metodológicos para a análise política das lutas hegemônicas – Diogo Valença de Azevedo Costa – p. 109-145

reconstrução de uma visão de conjunto das ideias do comunista sardo e, com isso, fornecer uma série de hipóteses de trabalho como pontos de partida. No entanto, isso não impede reconhecer que algumas de suas conclusões, como a sua caracterização da categoria de “bloco histórico” como central no pensamento de Gramsci, prejudicam a compreensão da agilidade e flexibilidade com que sua tentativa de apreender as “relações de força” antagônicas permitem dar conta das contínuas mudanças políticas, cuja análise seria decisiva no sucesso das disputas hegemônicas.

A noção de bloco histórico, tal como tradicionalmente utilizada, conduz a que cada posição política dos estratos intelectuais envolvidos nas batalhas hegemônicas se intente vincular uma origem nesta ou naquela classe ou frações de classe. As cisões internas aos aparelhos hegemônicos da sociedade civil – e Gramsci analisa o exemplo da Igreja Católica – seguem linhas doutrinárias difíceis de atribuir a classes específicas. Em termos de interpretação histórica tais hipóteses podem ser úteis, mas nos momentos da luta política podem conduzir a indecisões graves capazes de gerar derrotas. Analisando as reescrituras das notas carcerárias, Cospito demonstra, inclusive, como Gramsci abandona uma caracterização abstrata das relações entre “estrutura e superestrutura” e concentra seu interesse nas relações antagônicas das forças sociais. Uma análise desse tipo seria mais pertinente para o momento político brasileiro atual, no qual as religiões pentecostais e neopentecostais demonstraram um peso decisivo na eleição de Jair Bolsonaro ao cargo de presidente da república. O caráter ágil, efêmero e contingente das relações de força aí estabelecidas exige um instrumental analítico capaz de avaliar as composições e constantes recomposições entre tais grupos religiosos, um dos sustentáculos do *bolsonarismo*, estando os referentes de atuação desses grupos muito distantes das caracterizações ideológicas das lutas de classe, ou seja, alheios às categorias reflexivas tradicionais das esquerdas. Essa ruptura no interior do pensamento de Gramsci teria se dado mais ou menos em torno de 1932 e a leitura de todo o primeiro capítulo do livro aqui em questão, intitulado *Struttura e superstruttura*, traça cada uma dessas mudanças. De acordo com Cospito, o comunista sardo realiza uma autocrítica de suas

Gramsci e a questão religiosa: aportes metodológicos para a análise política das lutas hegemônicas – Diogo Valença de Azevedo Costa – p. 109-145

posições anteriores sobre as relações entre *infra* e *super*estruturas, levando mesmo a um abandono da noção de bloco histórico:

[...] não tem sentido falar, em abstrato, de relações entre estrutura e supraestrutura [...], mas se deve, de tempo em tempo, na análise histórico-política concreta, determinar a relação das diversas forças (econômicas, políticas intelectuais etc.) em campo, como prova também o título da nota: Maquiavel (COSPITO, 2011, p. 64).

A nota dos *Cadernos* a que se refere Cospito, escrita em maio de 1933, se concentra, sobretudo, nas relações dialéticas das forças subjetivas em disputa como o momento decisivo para uma análise política inserida nas lutas hegemônicas. “[...] é sobre a medida das forças subjetivas e da sua intensidade que se pode discutir e, portanto, sobre sua relação dialética entre forças subjetivas contrastantes” (GRAMSCI *apud* COSPITO, 2011, p. 64). Assim, a tentativa de apreender o conjunto do pensamento gramsciano a partir da noção de bloco histórico só faz sentido quando se procura enquadrá-lo dentro dos limites de uma específica ortodoxia marxista, em prejuízo de uma análise política mais ágil das mudanças provocadas pela luta das forças políticas. Não parece, nesse sentido, uma preocupação de Gramsci atribuir a todo instante a esta ou aquela força subjetiva, intelectual, uma representação de classe ou suas frações. Essa perspectiva crítica das leituras diacrônicas dos *Quaderni* será levada em conta mais adiante ao se considerar a importância da religião nas disputas hegemônicas. Em termos metodológicos, no entanto, as leituras estruturalistas fornecem uma série de hipóteses sistematizadas capazes de orientar pesquisas posteriores e, por isso, o próprio estudo realizado por Portelli (1984; primeira edição francesa datada de 1974) sobre Gramsci e a questão religiosa foi aqui utilizado para alcançar uma visão de conjunto coerente e integral, mas provisória. Tal passo da análise foi complementado pelo exame seletivo de uma bibliografia mais recente sobre Gramsci e a religião, concentrando-se sobre alguns títulos mais acessíveis ao público brasileiro.

No Brasil são poucas as referências à temática da religião em Gramsci. Dada a importância das questões religiosas para as lutas hegemônicas aqui, essa ausência causa

Gramsci e a questão religiosa: aportes metodológicos para a análise política das lutas hegemônicas – Diogo Valença de Azevedo Costa – p. 109-145

bastante estranhamento. A explicação talvez resida em certo anticlericalismo da *intelligentsia* marxista, dado o compromisso das linhas mais tradicionais da Igreja Católica com os ideais conservadores e reacionários de defesa do *status quo*, de uma ordem capitalista com fortes ranços coloniais e, nesse sentido, adversária de um autêntico movimento de autoemancipação popular. Por outro lado, as denominações pentecostais e neopentecostais que ganham força a partir das décadas de 1960 e 70⁷, não casualmente no mesmo período da ditadura empresarial-militar brasileira, conquistaram corações e mentes de amplas parcelas da nossa população, sendo imprescindível entender esse fenômeno para melhor combater seus efeitos nefastos. A postura *ateísta* e *anticlerical* não pode se transformar num empecilho para se compreender historicamente o papel da religião nas lutas políticas e, a partir dessa postura crítica, assumir diante das camadas populares uma atitude antielitista de avançar do senso-comum estabelecido à construção de uma autoconsciência ideológica autônoma, crítica e emancipatória. Esse espaço foi deixado aberto para os discursos demagógicos dos mercadores de fé e ilusões, cabendo uma análise exaustiva do fenômeno religioso para se buscar práticas discursivas alternativas, mais sintonizadas com evangélicos e católicos progressistas, com o objetivo de construir uma aproximação e consenso entre as perspectivas humanistas do marxismo e as dimensões da fé cristã que conduzem a uma opção política e filosófica pelos pobres, pelas camadas populares e pelas classes trabalhadoras.

⁷ Aqui seria preciso evitar generalizações, pois os evangélicos no Brasil apresentam grande diversidade e heterogeneidade, podendo-se distinguir vários tipos de protestantismos. Numa pesquisa sobre o fenômeno *Gospel* no Brasil, Magali do Nascimento Cunha (2007) apresenta ao menos seis tipos históricos de evangélicos: a) “**Protestantismo Histórico de Migração**”, com “raízes na Reforma do século XVI”, que se estabelece em território brasileiro no século XIX; b) “**Protestantismo Histórico de Missão (PHM)**”, “trazido por missionários norte-americanos no século XIX; c) “**Pentecostalismo Histórico**”, estabelecido no Brasil no início do século XX; d) “**Protestantismo de Renovação ou Carismático**”, “que surgiu a partir de expurgos e divisões no interior das chamadas ‘igrejas históricas’, em especial na década de 60, caracterizado por posturas influenciadas pela doutrina pentecostal; e) “**Pentecostalismo Independente**” ou “**Neopentecostalismo**”, vinculado à “Teologia da Prosperidade e da Guerra Espiritual cuja representante mais conhecida é a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD); f) “**Pentecostalismo Independente de Renovação**”, mais vinculada às “classes médias” e à “juventude”, também adepta da teologia da prosperidade e da guerra espiritual (CUNHA, 2007, p. 14-15). Essas duas últimas denominações seriam aquelas que mais se aproximam das atuais ideologias reacionárias em voga no Brasil.

Gramsci e a questão religiosa: aportes metodológicos para a análise política das lutas hegemônicas – Diogo Valença de Azevedo Costa – p. 109-145

Assim, os estudos mais atualizados sobre Gramsci e a religião não têm despertado o interesse de tradução no mercado editorial brasileiro. Pior ainda, são ainda mais raríssimas as reflexões originais no Brasil que tenham como eixo central a questão religiosa em Gramsci e os poucos trabalhos aqui existentes não mencionam as bibliografias recentemente consideradas mais fundamentais, por aportarem reais avanços e levantarem indagações políticas, teóricas e metodológicas novas, realizadas sob o prisma das leituras diacrônicas dos *Cadernos do cárcere*. Duas exceções marcantes seriam o livro de Jarbas Maurício Gomes (2014), intitulado *Religião, educação e hegemonia nos Quaderni del Carcere de Antonio Gramsci*, e um artigo de Giovanni Semeraro (2017), *Gramsci e a religião: uma leitura a partir da América Latina*. No primeiro trabalho, tem-se um esforço de examinar as notas do cárcere sobre religião pela leitura da primeira edição crítica dos *Cadernos*, de Valentino Gerratana; no segundo, as concepções de Gramsci sobre religião são analisadas e enriquecidas a partir de um rebatimento comparativo com o “cristianismo da libertação”, assumindo-se uma postura antidogmática em face do papel político de grupos religiosos radicais nas disputas hegemônicas contra as classes e grupos dominantes. Ainda como referência importante no debate brasileiro sobre marxismo e religião, Michael Löwy abordou a importância das reflexões de Gramsci sobre a questão religiosa. Dada a relevância dos trabalhos do autor sobre marxismo, religião e *teologia da libertação* na América Latina se faz pertinente mencionar o artigo de Löwy (2019), publicado na página da *Cátedra Mariátegui*, outro pensador marxista fundamental no estudo do fenômeno religioso.

Salvo essas exceções, os demais textos que abordam a temática se limitam a reproduzir as ideias contidas nos livros antes referenciados de Hugues Portelli (1984) e Giuseppe Staccone (1991)⁸, sequer mencionando os trabalhos fundamentais de La Rocca (1991), Boer (2007), Frosini (2008; 2010), Descendre (2019) e Lucas (2018; 2019),

⁸ É significativo que o livro de Portelli tenha sido traduzido por uma editora católica, as Edições Paulinas, e não por uma editora vinculada à produção intelectual das esquerdas brasileiras. Giuseppe Stacconi foi religioso e professor de teologia, história da filosofia e filosofia da religião na Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Ou seja, as primeiras referências históricas mais importantes sobre Gramsci e a religião no Brasil não nasceram do debate no meio das fileiras marxistas.

Gramsci e a questão religiosa: aportes metodológicos para a análise política das lutas hegemônicas – Diogo Valença de Azevedo Costa – p. 109-145

dentre outros⁹. Essas lacunas na focalização da temática da religião em Gramsci aqui no Brasil também se ressentem da ausência de tradução das edições críticas dos *Cadernos*¹⁰, as quais seriam fundamentais para que seus leitores brasileiros pudessem acompanhar o ritmo de desenvolvimento do pensamento do autor, sob a inspiração de uma perspectiva diacrônica. Na seção seguinte serão levantadas hipóteses a partir da leitura seletiva de alguns trabalhos sobre Gramsci e a religião, tendo em vista suas relações com a problemática política e teórica da hegemonia. Foram selecionados comparativamente textos que mais se situam numa perspectiva estruturalista, como o de Portelli (1984) e, sob alguns aspectos, o de Staccone (1991), o qual, contudo, se situa num horizonte historicista mais aberto e flexível, e outros mais situados num olhar diacrônico, como os de Frosini (2008; 2010), Lucas (2018; 2019) e Descendre (2019). Foram também incorporados nessa leitura compreensiva alguns verbetes do *Dicionário gramsciano*, aos cuidados de Guido Liguori e Pasquale Voza (2017), os quais fornecem uma visão abrangente de diferentes aspectos das reflexões de Gramsci sobre a religião.

HIPÓTESES SOBRE A QUESTÃO RELIGIOSA EM GRAMSCI

A presente seção do artigo foi destinada a levantar algumas hipóteses referentes às reflexões *gramscianas* sobre a religião. Tais hipóteses não dizem respeito, contudo, a uma tentativa de explanação das ideias de Gramsci sobre a questão religiosa. Há toda uma

⁹ O presente artigo representa um primeiro esforço de sistematização de um projeto de pesquisa ainda em seus estágios iniciais. O projeto se intitula *Gramsci e a religião: questões de hegemonia*. Trata-se de uma investigação de caráter bibliográfico, tendo como hipótese principal a afirmação de que as reflexões sobre a religião foram fundamentais para a construção de sua categoria política de hegemonia. Por isso, a bibliografia acima indicada, dentre outros trabalhos mencionados adiante, vem passando por um tratamento sistemático de leituras e fichamentos. Um dos objetivos do projeto será analisar, por meio da edição Gerratana, as passagens sobre religião nos *Quaderni*. Agradeço a Javier Balsa pelos vários comentários sobre o livro de Fabio Frosini, *La religione dell'uomo moderno: politica e verità nei Quaderni del Carcere di Antonio Gramsci*, Roma, Carocci, 2010, alguns dos quais incorporados no presente artigo.

¹⁰ O Brasil se encontra atrasado nesse quesito, dado que a editora Era, mexicana, realizou a tradução em 1986 da edição crítica Gerratana.

Gramsci e a questão religiosa: aportes metodológicos para a análise política das lutas hegemônicas – Diogo Valença de Azevedo Costa – p. 109-145

bibliografia, para além daquela aqui referenciada¹⁰, que já cumpre esse papel e seria mera repetição reafirmar algumas teses muito bem estabelecidas. O que se pretende, na verdade, seria tentar ir além e aproveitar as reflexões *gramscianas* como um aporte político, teórico e metodológico para o estudo da presença das religiões nas lutas hegemônicas contemporâneas.

Nesse sentido, as questões agora levantadas dizem respeito a uma proposta política de análise das religiões para se pensar estratégias populares de construção da hegemonia contra as ofensivas das forças e grupos de sustentação do projeto neoliberal na América Latina e no mundo. Nos mais diversos contextos locais, nacionais, regionais e internacionais da atualidade, essas forças políticas estão em vantagem histórica, pois, apesar do caráter regressivo de seu receituário econômico, souberam aglutinar em torno de seu projeto de sociedade distintas, variadas e plurais categorias coletivas.

O caso brasileiro se configura como um exemplo crucial a ser investigado, pois o *bolsonarismo* conseguiu reunir – em torno de sua visão de mundo cataclísmica, negacionista e conspiracionista – grupos entre si os mais díspares, dos evangélicos pentecostais e neopentecostais, passando pelos católicos conservadores da *Renovação Carismática*, pelas frações das forças armadas, dos altos escalões até os oficiais de baixa patente, contando com ampla base nas polícias militares estaduais ou, ainda, com alguma simpatia nas polícias civil e federal¹¹, até alcançar diversas frações das classes médias e

¹⁰ Além da bibliografia aqui referenciada, outros títulos sobre Gramsci e a questão religiosa podem ser consultados em Billings (1990), Fattorini (1987; 2007), Fulton (1987), Kertzer (1979), Luporini (1979), Melchiorre (1979), Simms (2010), Takahiro (2020), Vinco (1983) e Frosini (2014). Uma lista mais ampla de trabalhos sobre Gramsci e seu pensamento religioso se encontra em Frosini (2018). O assunto foi amplamente debatido, porém com pouca repercussão no Brasil.

¹¹ Em relação aos aparelhos repressivos, Bolsonaro possui maior respaldo ideológico nas polícias militares e corpos de bombeiro dos estados da Federação; no que diz respeito às forças armadas, sua penetração seria maior nos baixos escalões do Exército, tendo alcançado as altas patentes mais recentemente, entre os anos de 2015 e 2016; sua presença seria menor na Marinha e Aeronáutica (FREIXO, 2021). Nas polícias civil e federal o peso político de Bolsonaro talvez seja mais difícil de determinar. No entanto, o episódio da crise política com o ex-Ministro da Justiça, Sérgio Moro, motivada pela demissão de Maurício Valeixo do cargo de Diretor-Geral da Polícia Federal e, logo em seguida, a nomeação de Alexandre Ramagem, amigo da família Bolsonaro, constitui indício de aparelhamento ideológico. O quebra-de-braços entre o presidente e o ex-ministro se deu justamente pela disputa sobre uma influência maior na Polícia Federal. A nomeação de Alexandre Ramagem foi barrada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e, ao final, dias depois foi nomeado como Diretor-Geral o delegado Rolando Alexandre de Souza, o qual estava subordinado ao

Gramsci e a questão religiosa: aportes metodológicos para a análise política das lutas hegemônicas – Diogo Valença de Azevedo Costa – p. 109-145

setores do médio e pequeno empresariado nacional (como no caso dos empresários do setor de transportes¹²). Sem dúvida, a base de sustentação do governo Bolsonaro se deve a políticas favoráveis ao agronegócio e à sua sanha privatista, de modo a privilegiar os interesses do grande capital financeiro e suas ramificações midiáticas¹³. O discurso religioso de defesa da família ou de crítica às “ideologias de gênero” tem sido um forte elemento de unificação de vários desses estratos conservadores. Além disso, não se pode desprezar as afinidades entre o discurso religioso da *teologia da prosperidade* e o próprio *ethos* individualista neoliberal, de modo que o cimento ideológico do consenso em torno do projeto conservador se estabelece em camadas mais profundas da consciência social das massas evangélicas, pentecostais e neopentecostais.

As reflexões de Gramsci sobre a questão religiosa fornecem um conjunto de noções políticas e teóricas que nos ajudam a analisar tais acontecimentos e propor estratégias de luta hegemônica, com o objetivo de acumular forças em direção a uma ofensiva popular contra a atual hegemonia neoliberal, no Brasil como em outros países latino-americanos. Por ora, o problema das estratégias hegemônicas será deixada de lado e serão abordadas três hipóteses quanto à possibilidade de atualização das reflexões gramscianas sobre a religião: a primeira delas aproxima, nas trilhas sugeridas por La Rocca (1991; 2017), a visão de Gramsci sobre a religião de suas considerações críticas sobre o senso-comum; a segunda trata as disputas entre religiões ou nos quadros organizacionais de uma mesma religião – disputas essas particularmente intensas entre suas múltiplas e antagônicas frações intelectuais – como lutas políticas no interior da sociedade civil; por fim, a terceira aponta a investigação dos dilemas religiosos de uma dada sociedade como fundamentais para compreender a construção da hegemonia no plano histórico-concreto, expresso nos níveis conjuntural e estrutural das formações

primeiro indicado na Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). Não se trata, porém, de um bloco monolítico, pois em protestos recentes policiais militares ameaçam retirar apoio ao governo. A esse respeito, ver reportagem de Luciano Martins (2021).

¹² Antes das eleições de 2018, Bolsonaro deu amplo apoio ao *lockout* dos empresários de transportes. A paralisação se deu ainda no governo Temer, após o golpe jurídico-parlamentar de 2016. Os caminhoneiros autônomos constituem outra categoria e o apoio desse grupo ao *bolsonarismo* seria mais oscilante.

¹³ As disputas entre a Rede Globo e Bolsonaro deixam incólume a agenda econômica neoliberal.

Gramsci e a questão religiosa: aportes metodológicos para a análise política das lutas hegemônicas – Diogo Valença de Azevedo Costa – p. 109-145

políticas, sociais e econômicas. Essas três hipóteses em conjunto refletem um programa de estudos, com intenções prático-políticas, voltado para a crítica ideológica do lugar da religião nos processos hegemônicos. Em que medida, por exemplo, as fraturas internas no campo religioso, com suas frações mais ou menos progressistas, permitem avançar nas lutas populares por melhores condições de vida? Em outros termos, apenas haveria sentido em se debruçar sobre os escritos gramscianos sobre religião, ou mesmo sobre o conjunto de suas preocupações temáticas, na medida em que estamos dispostos a transformar tais investigações históricas numa prática política efetiva. O distanciamento entre intelectuais e massas se apresenta como um grande empecilho para que se consiga recuperar Gramsci como um pensador vivo no século XXI. As tentações de se restringir a um gramscismo acadêmico, sem vínculos de massa, são elevadas.

A crítica conservadora e reacionária ao marxista sardo tende a caricaturizar a sua noção de hegemonia como uma lavagem cerebral. Os argumentos aí levantados não teriam nenhuma importância ou mereceriam ser sequer mencionados, caso esse absurdo irracionalista não tivesse efeitos práticos reais. Gramsci, ao tratar a Igreja Católica como uma sociedade civil que, com a emergência da modernidade capitalista, se transforma e perde influência em relação às forças políticas liberal-burguesas (porém, num outro momento, construindo alianças com esses setores liberais e, assim, recuperando algo do seu prestígio em relação às massas), termina por tomá-la como um modelo negativo de construção hegemônica para a filosofia da práxis, o marxismo e a edificação de uma nova sociedade comunista. O poder ideológico da Igreja se sustenta na separação entre os simplórios e os intelectuais, as massas subalternas e as elites pensantes, embora o discurso produzido pelos últimos, os intelectuais religiosos (com todas suas hierarquias entre aqueles que produzem ideologias e os que simplesmente as disseminam), se volte essencialmente para evitar uma fratura completa com o povo e manter a unidade ilusória de interesses, ideais e aspirações entre os fiéis e altos clérigos. Na verdade, o objetivo seria manter na ignorância as massas e preservar suas posições vantajosas para a construção de consensos, de maneira a dirigi-las e hegemônizá-las. O marxismo (ou na expressão consagrada de Gramsci, a filosofia da práxis), como visão de mundo tendente

Gramsci e a questão religiosa: aportes metodológicos para a análise política das lutas hegemônicas – Diogo Valença de Azevedo Costa – p. 109-145

à transformação revolucionária da ordem capitalista e à edificação do futuro comunista ou da “sociedade regulada”, não pode agir do mesmo modo; ao contrário, cabe-lhe não apenas abolir a distinção entre trabalhos manual e intelectual, mas possibilitar, no processo de lutas, que as massas se tornem dirigentes e elevem seu nível cultural a partir do potencial crítico presente no próprio senso-comum popular.

No § 9 do *Caderno 16*, intitulado *Alguns problemas para o estudo do desenvolvimento da filosofia da práxis*, escrito entre 1933 e 1934, segundo a edição Gerratana, as diferenças entre a religião como fonte ideológica da dominação e a *filosofia da práxis*, como fonte ideológica de uma perspectiva autoemancipatória, se fazem bastante nítidas:

[...] não se deve confundir a atitude da filosofia da práxis com a do catolicismo. Enquanto aquela mantém um contato dinâmico e tende a erguer continuamente novos estratos de massa a uma vida cultural superior, este último tende a manter um contato meramente mecânico, uma unidade exterior, baseada especialmente na liturgia e no culto mais aparatosamente sugestivo sobre as grandes multidões. Muitas tentativas heréticas foram manifestações de forças populares para reformar a Igreja e aproximá-la do povo, elevando o povo. A Igreja reagiu muitas vezes de forma violentíssima, criou a Companhia de Jesus, escudou-se nas decisões do Concílio de Trento, embora tenha organizado um maravilhoso mecanismo de religião “democrática” de seus intelectuais, mas como indivíduos particulares, não como expressão representativa de grupos populares. (GRAMSCI, 2001b, p. 38-39; 2001c, p. 1862).

A reelaboração crítica do senso-comum seria a chave de leitura para interpretar politicamente os escritos de Gramsci sobre religião (LA ROCCA, 2017, p. 686). A exigência de partir do senso-comum, o qual Gramsci compreende como “«filosofia espontânea», isto é, a concepção do mundo e de vida típica das massas populares” (LA ROCCA, 2017, p. 687), se torna fundamental para o marxismo se constituir como uma verdadeira filosofia da práxis, mobilizando-se em torno de uma prática política capaz de sensibilizar as massas, os subalternos, o povo e as classes trabalhadoras para as lutas hegemônicas contra o capital e seus grupos aliados. Se, de um lado, esse senso-comum espontâneo das massas se apresenta sob muitos aspectos como religioso, contendo no seu

Gramsci e a questão religiosa: aportes metodológicos para a análise política das lutas hegemônicas – Diogo Valença de Azevedo Costa – p. 109-145

cerne várias características negativas (incoerência, fragmentação, horizontes metafísicos, fatalismo histórico, acriticidade etc.), seria desse mesmo senso-comum, de outro, que a filosofia da práxis deveria partir para cumprir suas tarefas revolucionárias:

Uma filosofia da práxis só pode apresentar-se, inicialmente, em atitude polêmica e crítica, como superação da maneira de pensar precedente e do pensamento concreto existente (ou mundo cultural existente). E portanto, antes de tudo, como crítica do senso-comum (e isto após basear-se sobre o senso comum). (GRAMSCI *apud* LA ROCCA, 2017, p. 687)

Aproximando senso-comum e religião como formas ideológicas (LA ROCCA, 2017, p. 687), mais do que em relação à ciência e filosofia, as distinções entre esses níveis da ideologia seriam mais de grau do que de qualidade. Assim, seria uma das tarefas da filosofia da práxis evidenciar também as características positivas do senso-comum, tais como “camadas progressivas, veios dialéticos, contraposição da cultura popular à cultura oficial”, “negar e, se possível, transformar sus características negativas” e, por fim, “saber reconhecer, valorizar e amadurecer suas características positivas (que de modo sintético Gramsci chama de ‘bom senso’ ou ‘núcleo saudável’ do senso comum)” (LA ROCCA, 2017, p. 687). Disso decorre, na perspectiva *gramsciana*, que não deve haver separação elitista entre massas e intelectuais, dirigidos e dirigentes, sendo a situação ideal a de que os quadros intelectuais e dirigentes passem a emergir dos próprios subalternos. Para se tornar orgânica, como pensamento da nova época histórica, a *filosofia da práxis* não pode se separar das suas bases, as camadas populares e as classes trabalhadoras. Nas palavras do próprio Gramsci, pode-se resumir essa ideia do seguinte modo:

Trata-se, portanto, de elaborar uma filosofia que – tendo já uma difusão ou possibilidade de difusão, pois ligada à vida prática e implícita nela – se torne um senso comum renovado com a coerência e o vigor das filosofias individuais¹⁴. E isto não pode ocorrer se não se sente, permanentemente, a

¹⁴ Antes Gramsci distingue filosofia e senso-comum nestes termos: “Na filosofia, destacam-se notadamente as características de elaboração individual do pensamento; no senso comum, ao contrário, destacam-se as características difusas e dispersas de um pensamento genérico de uma certa época em um certo ambiente popular” (GRAMSCI, 2001a, p. 100-101; 2001c, p. 1382).

Gramsci e a questão religiosa: aportes metodológicos para a análise política das lutas hegemônicas – Diogo Valença de Azevedo Costa – p. 109-145

exigência do contato cultural com os “simples” (GRAMSCI, 2001a, p. 101; 2001c, p. 1382-1383).

Com a primeira hipótese aventada, segundo a qual as investigações sobre a religião devem se aproximar de reflexões críticas sobre o senso-comum, pode-se vislumbrar uma perspectiva política e teórica de estudo das religiões tentando identificar seus elementos positivos de “bom senso” ou “núcleo saudável”, no qual o pensamento religioso se desprenda da condição de serva da ordem hegemônica e possa expressar anseios populares historicamente reais, concretos, de autoemancipação. Quando se considera que Gramsci foi um arguto observador das divisões históricas e correntes internas do *catolicismo* em geral e da Igreja Católica como instituição em particular, seria possível se realizar novos estudos que considerem a religião sob uma ótica ideológica emancipatória. Assim, trabalhos sobre a base religiosa do *bolsonarismo*, além de identificarem seus grupos apoiadores, podem apontar os grupos religiosos que se opõem ao seu projeto reacionário e conservador de Brasil. As clivagens entre as religiões e dentro de uma mesma religião são fundamentais, se o objetivo for identificar os grupos políticos progressistas que possam se unir por reivindicações populares. Gramsci analisa a religião como uma das formas que a humanidade (homens e mulheres em situação concreta) toma consciência ideológica de suas lutas político-hegemônicas. Nesse sentido, um projeto crítico-emancipatório, mais do que assumir uma postura antirreligiosa, deve se voltar para o estudo das rupturas, antagonismos e recomposições dos grupos religiosos e do modo historicamente específico como seus dinamismos se vinculam, via disputas de outros grupos do tecido social pela direção ideológica, com as transformações da vida cultural em suas complexas relações com a sociedade civil e o Estado. Ou seja, como a religião participa da construção de consensos e antagonismos sobre formas alternativas de organização da sociedade, da economia, da cultura e da própria política, esta última atuando como elemento de articulação do conjunto contraditório de forças sociais.

A segunda hipótese diz respeito justamente às disputas entre frações intelectuais de uma mesma religião ou entre diferentes religiões. Há aí, no entanto, duas coisas a

Gramsci e a questão religiosa: aportes metodológicos para a análise política das lutas hegemônicas – Diogo Valença de Azevedo Costa – p. 109-145

serem precisamente diferenciadas. Como dito antes, Gramsci avança suas reflexões sobre a Igreja Católica para pensar justamente sobre as condições da conquista ideológica e das disputas hegemônicas, desenvolvendo a partir disso suas categorias mais inclusivas de sociedade civil e Estado ampliado (DESCENDRE, 2019; LUCAS, 2019). Isso se faz como um contraponto ao tipo de trabalho político-ideológico que deve ser realizado pelo partido comunista na sua luta pela hegemonia dos setores subalternos, dos simples e humildes, os quais possuem, na sua grande maioria, uma mentalidade religiosa. Uma das diferenças entre a Igreja e o partido comunista é que este último almeja (ou deveria almejar) a transformar os humildes em grupos dirigentes, em intelectuais organicamente vinculados à tarefa hegemônica. A Igreja Católica se vale justamente da distinção entre os seus intelectuais, os prelados, e os humildes (DESCENDRE, 2019): prelado aqui entendido como político da Igreja. Este seria o primeiro ponto a especificar.

O segundo é que, ao se dedicar à investigação das cisões, dos cismas, na Igreja Católica, Gramsci não está diretamente interessado na base sociológica dos grupos religiosos, mas nas suas articulações políticas e disputas hegemônicas. Embora reconheça tais bases sociológicas, ao perceber, por exemplo, como os processos de estratificação social impedem que “o popular inteligente” possa alcançar as elevadas hierarquias eclesiais, enquanto “o jovem aristocrata” dispõe do *habitus* de classe capaz de predispor-lo a essas posições mais ambicionadas dentro da Igreja¹⁵, o enfoque político das lutas hegemônicas direciona seu olhar para as relações de forças e as frações ideológicas que fragmentam o catolicismo em correntes antagônicas. Suas investigações históricas sobre as disputas entre “integristas”, “modernistas” e “jesuítas” pelo controle da Igreja Católica são significativas a esse respeito, pois aí se percebe como essas três frações – a primeira mais conservadora, a segunda mais progressista e a última também conservadora, porém mais sintonizada com as necessidades de “reforma intelectual e moral” para que o catolicismo pudesse recuperar sua influência na sociedade capitalista

¹⁵ Aqui estou fazendo uma tradução *bourdieusiana* de uma citação do próprio Gramsci contida na síntese de Portelli (1984, p. 138-139) das teses *gramscianas* sobre a religião. A leitura de Portelli, por dar uma excessiva ênfase à categoria de bloco histórico, parece recair às vezes numa postura sociologizante.

Gramsci e a questão religiosa: aportes metodológicos para a análise política das lutas hegemônicas – Diogo Valença de Azevedo Costa – p. 109-145

moderna – se relacionam com os grupos políticos liberais hegemônicos e se situam nos seus conflitos com as novas ideologias revolucionárias, socialistas e comunistas.

Quais as implicações dessas correlações de força para um projeto político emancipatório vinculado à filosofia da práxis? Como um marxista deve analisar e agir praticamente diante das divisões no campo religioso, tendo em vista que a religião se apresenta como uma dimensão da mentalidade popular? Pode-se levantar a hipótese, portanto, de que na perspectiva marxista da religião o mais importante, a partir de Gramsci, seria analisar as possíveis mudanças das relações de força e, com base nisso, organizar a ação política de modo a conquistar ideologicamente os populares religiosos para reformas progressistas ou transformações mais radicais na sociedade. Os estudos marxistas da religião, no contexto brasileiro atual, devem assumir esse objetivo político como um caminho para a organização das disputas hegemônicas. Como bem observa Badaloni (1987), a possibilidade de previsão no estudo da história em Gramsci não se dá por meio de uma atitude ou hipótese contemplativa e, sim, pelo próprio envolvimento na organização política dos movimentos sociais e partidos. A par disso, o elemento da fé religiosa emerge como uma dimensão essencial de análise da mobilização popular e muitas religiões sabem se valer desse conhecimento para direcionar a vontade coletiva em direção às aspirações dos grupos dominantes.

Por fim, a terceira hipótese relaciona a religião às possibilidades políticas de construção da hegemonia. Não há dúvidas, como bem o demonstram exaustivamente os trabalhos sobre a questão religiosa em Gramsci aqui citados, que em seus escritos a construção da categoria de hegemonia está intimamente ligada ao conjunto de suas observações históricas sobre a Reforma, a Contrarreforma, o papel político dos jesuítas na manutenção da unidade católica, os conflitos do Papado e o Vaticano contra os estados nacionais, as posições da Igreja no *Risorgimento*, a emergência de partidos católicos como a *Action Française* e o Partido Popular etc., dispersas em várias notas dos *Cadernos do cárcere*. No entanto, seria preciso dar um passo adiante e transformar o conjunto de sugestões existentes, não apenas nos *Quaderni*, mas também nos escritos pré-carcerários até 1926, numa metodologia para o exame crítico da religião em sua dimensão política de Gramsci e a questão religiosa: aportes metodológicos para a análise política das lutas hegemônicas – Diogo Valença de Azevedo Costa – p. 109-145

luta hegemônica. O trabalho exegético de leitura dos textos gramscianos, realizado com rigor filológico e numa perspectiva histórico-diacrônica, seria um pré-requisito necessário para novas reflexões metodológicas na direção agora indicada.

Apesar de imersos no rigor acadêmico de uma leitura filológica minuciosa, a fim de desvendar a polissemia das noções gramscianas, os estudos sobre a questão religiosa em Gramsci fornecem rumos para se pensar a construção de metodologias políticas para inserir a religião nas lutas hegemônicas e ajudar na definição, por parte das esquerdas, de estratégias para a conquista ideológica das classes subalternas. Ao assim procederem, não fazem mais do que recuperar o espírito gramsciano de se valer do estudo histórico das mediações entre intelectuais e camadas populares como uma forma de pensar novos caminhos de reconstrução política para o futuro. A próxima seção será destinada a desenvolver a terceira hipótese, segundo a qual Gramsci fornece indicações dessa metodologia política para a investigação das lutas hegemônicas a partir das religiões, traçando horizontes de reorganização das forças populares ao conceber a filosofia da práxis como um senso-comum renovado capaz de dialogar com a mentalidade religiosa das massas e transformá-la numa direção de crítica da ordem existente.

HEGEMONIA E QUESTÃO RELIGIOSA

As três hipóteses antes delineadas não podem ser tomadas em sentido estritamente acadêmico, mas sobretudo como construções políticas voltadas para a definição de estratégias de disputas hegemônicas no campo popular. Seria impossível comprová-las a partir de procedimentos hipotético-dedutivos à maneira do positivismo lógico. Mas não se deve tomar tal tipo de comprovação como critério de verdade científica, pois o tipo de conhecimento aí possibilitado não condiz com a complexidade dos processos históricos das lutas políticas e ideológicas pela hegemonia. Pensando-se a partir das particularidades das formações sociais concretas é que se pode avançar, por isso todas as análises gramscianas sobre a religião estão revestidas do exame de situações específicas. Nesse sentido, não há aqui nenhuma tentativa de transplantar Gramsci para a sociedade

Gramsci e a questão religiosa: aportes metodológicos para a análise política das lutas hegemônicas – Diogo Valença de Azevedo Costa – p. 109-145

brasileira sem as devidas mediações históricas e reelaborações de suas categorias políticas. Por exemplo, suas considerações sobre a dimensão religiosa do envolvimento e protagonismo das massas na política se vinculam a um estudo minucioso da Revolução Francesa e das variações dos processos da Reforma na França, Alemanha e Itália (esta última caracterizada pela ausência de uma verdadeira reforma). Como bem elucida Fabio Frosini, “[...] Gramsci individualiza exatamente na *política religiosa* dos jacobinos a primeira tentativa de pensar a política como experiência de massa, isto é, *as novas formas do Estado «integral»*” (FROSINI, 2016, p. 155; em itálico no original). O interesse do marxista sardo pela religião se dava pelo seu aspecto de concepção de mundo, como unidade entre pensamento e ação, capaz de conduzir a soluções políticas de conservação, mudança-restauração e mudança do conjunto do tecido social. Assim, entram no seu campo de observação as formas de mobilização popular por meio da religião, sob a forma de lições que procurará incorporar na filosofia da práxis.

A investigação da questão religiosa, entendida como ideologia, propicia a Gramsci um dos temas mais fundamentais de toda sua obra política, o da “reforma intelectual e moral”. Ora, para que as mudanças históricas vinculadas à emergência da modernidade capitalista pudessem se consolidar, uma espécie de religião laica deveria se infiltrar nos poros das sociedades nacionais em substituição à antiga fé divina. Essa nova fé dispensaria intermediários eclesiásticos, aclamando a autonomia do indivíduo como a verdadeira crença do homem moderno e repudiando o autoritarismo sacro (FROSINI, 2010). As afinidades eletivas com o movimento da Reforma são evidentes e, nesse sentido, Gramsci irá traçar todo um itinerário comparativo entre os países protestantes e a Itália como país sede da restauração católica¹⁶. No entanto, o mais fundamental de tudo é que uma outra comparação, neste caso entre os avanços da Revolução Francesa e as irresoluções da Reforma na Alemanha, demonstra o quanto uma autêntica revolução

¹⁶ Para uma análise das mais detalhadas sobre a visão de Gramsci sobre o Renascimento, a Reforma e a Contrarreforma, comparando-se suas leituras de Max Weber e Benedetto Croce, ver Frosini (2008). Este autor se distancia das interpretações marxistas mais ortodoxas das leituras de Gramsci sobre Weber e, por isso, consegue desenvolver uma noção de hegemonia que se desprende da necessidade de referências cerimoniais a seus vínculos orgânicos com os níveis estruturais e superestruturais do bloco histórico.

Gramsci e a questão religiosa: aportes metodológicos para a análise política das lutas hegemônicas – Diogo Valença de Azevedo Costa – p. 109-145

social deve ser precedida por uma profunda “reforma intelectual e moral”. Numa determinada altura da escritura dos *Cadernos*, localizada no *Quaderno 4*, § 3, segundo as especificações contidas no artigo de Frosini (2008), Gramsci irá falar da superioridade política da filosofia iluminista em face do luteranismo. Assim, ao concluir por uma

[...] nítida avaliação da superioridade do Iluminismo francês (que agora compreende também a *Enciclopédia*) em relação à Reforma luterana. Esta superioridade está precisamente no fato que, à diferença de Lutero, os jacobinos envolveram a massa camponesa como massa *ativa*: a burguesia pela primeira vez fez com que os subalternos saíssem da indistinção, dando a eles plena cidadania política (FROSINI, 2008, p. 155).

Apesar de laica, a filosofia iluminista conserva uma dimensão religiosa na acepção *croceana* do termo, como unidade de teoria e prática, a qual se sabe foi integralmente incorporada por Gramsci. Na sua avaliação mais global da história moderna, o comunista sardo percebe uma continuidade entre as Reformas, não desprezando as suas formas históricas e concretas em cada realidade nacional, a Revolução Francesa e as futuras revoluções socialistas. O próprio marxismo, a *filosofia da práxis*, deveria aprofundar as rupturas históricas anteriores como um amplo e profundo processo de “reforma intelectual e moral” das sociedades capitalistas, procurando reduzir a distância entre filosofia e senso comum, entre intelectuais e massas. Para tanto, a análise do fenômeno religioso não deteria em Gramsci apenas um papel instrumental de luta político-ideológica, dada pela necessidade de se aproximar da mentalidade popular, compreendê-la e conquistar o consenso das massas, mas fazia parte da própria reconstrução ético-moral de uma nova sociedade baseada na livre associação entre os indivíduos. Seus questionamentos sobre a religião tornaram mais nítidos os objetivos de promover uma completa dissolução das hierarquias entre intelectuais e massas, no processo histórico da revolução. A construção da hegemonia pelo Moderno Príncipe, pelo partido comunista, deveria se pautar por tais horizontes ideológicos igualitários, ou seja, sua perspectiva emerge como antielitista ao sugerir que as novas classes ou grupos fundamentais, no caso o proletariado e os subalternos, devem constituir seus próprios quadros intelectuais para

Gramsci e a questão religiosa: aportes metodológicos para a análise política das lutas hegemônicas – Diogo Valença de Azevedo Costa – p. 109-145

exercerem as funções dirigentes (GRAMSCI, 2000, p. 15-16). Uma teoria da hegemonia dos grupos subalternos, em sentido gramsciano, parte de tais pressupostos políticos.

Todas essas considerações nos permitem sintetizar os aportes filosóficos, políticos e metodológicos de Gramsci para uma investigação histórico-concreta das lutas hegemônicas, incluindo-se em tal perspectiva teórica os objetivos críticos e emancipatórios de um projeto de sociedade anticapitalista, socialista, em que as camadas subalternas e as classes trabalhadoras exerçam livremente as funções organizativas, dirigentes e culturais, abolindo-se a distinção de castas entre trabalho diretamente produtivo e trabalho intelectual. Sem essa dimensão crítica, as teorias da hegemonia irão se esgotar em análises do passado, do presente e das relações de dominação das classes burguesas dominantes, mas sem traçar caminhos estratégicos para edificação de condições efetivas de direção hegemônica pelos setores populares. Não sendo nossa intenção fornecer uma definição pronta e acabada de hegemonia, aliás uma das categorias teórico-políticas mais centrais do pensamento de Gramsci sujeita a múltiplas interpretações e infundáveis controvérsias (LIGUORI, 2007, p. 207-225), iremos nos basear na tentativa de sua (re)elaboração proposta por Cospito (2011, p. 122-126), de modo a inserir a questão religiosa (e o mesmo seria válido para outras questões igualmente relevantes para as disputas hegemônicas, como a questão militar, a questão midiática das redes sociais etc., pensando-se hoje em termos dos avanços das *novas direitas* no Brasil) numa perspectiva abrangente da história em transformação. Ao dizer isso não procuramos conceituar hegemonia, mas caracterizá-la como uma categoria política que nos permite ao mesmo tempo interpretar e agir praticamente nas configurações históricas sempre mutáveis, resultantes das (co)relações de forças entre indivíduos, grupos, classes e frações de classe nas formações capitalistas.

Gramsci e a questão religiosa: aportes metodológicos para a análise política das lutas hegemônicas – Diogo Valença de Azevedo Costa – p. 109-145

Após ter acompanhado passo a passo, cronologicamente, as mudanças na categoria teórico-política de hegemonia nos *Cadernos*, Cospito irá propor uma caracterização geral dessa noção nos seguintes termos¹⁷:

- a) a partir da perspectiva leninista, “como sinônimo de direção política, às vezes unida, outras vezes contraposta à dominação, coerção” (p. 122-123);
- b) “funções hegemônicas se encontram em cada nível da vida política, nacional e internacional”, referindo-se seja à “reconstrução histórica do passado”, seja à “análise do presente” ou, ainda, à “prospecção da ação futura” e podem, igualmente, estar vinculadas a uma “entidade geográfica ou territorial no interior de uma nação (relação cidade-campo, Norte-Sul etc.)”, a uma “classe” ou “grupo social fundamental” sobre as “camadas subordinadas” e, no interior de cada um desses grupos e classes, a suas frações e, principalmente, “partidos” (p. 123), que passam a exercer a hegemonia sobre as demais unidades de seu próprio agrupamento;
- c) a hegemonia se exercita mediante “aparelhos”, privados e/ou públicos, do Estado compreendido de forma ampliada e da sociedade civil (p. 123);
- d) em tempos normais, a hegemonia se conserva a partir de uma combinação dosada entre *direção/consenso* e *dominação/coerção*, como nos casos das democracias liberais modernas em suas divisões entre os poderes (legislativo, executivo e judiciário), com a livre expressão da *opinião pública*, não se excluindo a possibilidade de uso intensivo da violência institucional nos momentos de crise hegemônica (p. 124);
- e) nos momentos ou situações econômico-corporativos a dimensão da dominação/coerção se torna mais preponderante (o que pode ser entendido em termos de fases históricas ou de condições particulares dentro de uma estrutura hegemônica já consolidada), sendo um dos exemplos apontados por Gramsci a

¹⁷ Os tópicos a seguir, nos quais resumimos a noção gramsciana de hegemonia, correspondem a uma tradução livre das passagens do texto de Cospito (2011, p. 122-126). Indicaremos acima apenas as páginas de cada trecho.

Gramsci e a questão religiosa: aportes metodológicos para a análise política das lutas hegemônicas – Diogo Valença de Azevedo Costa – p. 109-145

- lenta gestação da “sociedade regulada” (p. 124), na qual o proletariado necessitaria defender seu projeto diante das ameaças constantes das antigas classes dominantes;
- f) a hegemonia se exerce mediante os intelectuais, “funcionários” ou “empregados” vinculados organicamente às “camadas fundamentais”, abarcando desde o funcionário executivo, cumpridor de ordens, até o grande intelectual, do sacristão ao Papa, do mero divulgar de opiniões ao construtor de ideologias etc., com certa hierarquização entre esses diferentes tipos (p. 124);
 - g) do ponto de vista dinâmico da noção de hegemonia, as camadas subalternas devem lutar para se tornar dirigentes (p. 124), afastando os membros de sua própria classe da influência das classes dominantes e, em seguida, tornando-se hegemônica em relação às classes aliadas e adversárias. Nesse último caso se alcança o controle de todo processo político (p. 124-125). A luta pela hegemonia por parte dos grupos subalternos, nas sociedades ditas “ocidentais”, entendida aqui como categoria política e não geográfica, isto é, sociedades constituídas de uma sociedade civil fortemente desenvolvida e flexível, se dá por meio de uma longa “guerra de posições”;
 - h) o marxismo, ou a filosofia da práxis, é a teoria da conquista da hegemonia pelas camadas subalternas e classes trabalhadoras. “O aparato teórico desta luta é constituído pelo marxismo” (p. 125). O objetivo desta luta hegemônica seria a de construir a futura “sociedade regulada”, o comunismo, no qual o reino da necessidade cede lugar ao reino da liberdade, com o progressivo desaparecimento do Estado e a eliminação da exploração do homem pelo homem. Formas mais avançadas de democracia, em comparação aos limites da democracia representativa burguesa, se gestam nesse momento histórico de transição. O aparato prático seria constituído pelo partido, o “moderno Príncipe”, com a função de garantir, empregando “oportunamente os instrumentos seja de consenso, seja de domínio” para garantir sua unidade interna (p. 125) e a adesão das classes ou grupos dissidentes e adversários.

Gramsci e a questão religiosa: aportes metodológicos para a análise política das lutas hegemônicas – Diogo Valença de Azevedo Costa – p. 109-145

Em resumo, a categoria de hegemonia em Gramsci abarca distintas fases históricas que vão da dominação da burguesia à luta política pelo socialismo e construção da futura sociedade comunista. Não se pode dissociar tal noção teórica de seus objetivos políticos e ideológicos, sob pena de transformá-la num conceito vazio de historicidade, muito ao gosto da teorização sociológica abstrata, formalista e positivista. Há em Gramsci uma ampla teorização da hegemonia, podendo encontrar em suas reflexões duas teorias interligadas: a da construção e manutenção da hegemonia burguesa, a qual vincula passado e presente; a da construção e aperfeiçoamento da hegemonia dos grupos subalternos, a qual vincula presente e futuro. A religião se insere no processo da luta hegemônica como um elemento fundamental, dada sua proximidade com o senso comum popular e, por isso, da sua compreensão emerge a possibilidade de um diálogo político com as massas. Se uma das condições para se exercer a hegemonia, seria transformar em senso comum uma dada filosofia política, isto é, um dado projeto de sociedade, então o marxismo não pode simplesmente tomar a religião como simples “ópio do povo” e, sim, compreender o potencial emancipatório potencialmente presente nas visões de mundo religiosas populares, sem desconsiderar também suas tendências conservadoras. A noção de hegemonia deve possibilitar, portanto, um enfoque mais flexível da religião como momento da luta política entre os grupos sociais dominantes e os dominados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A epígrafe do presente artigo, que reproduz uma das cartas de Gramsci remetidas da prisão a seu filho Delio, exemplifica bem a atitude intelectual e política do filósofo marxista italiano em face da religião. Gramsci gostava de estudar história quando era criança, pois ela “se refere aos homens vivos”, explicando logo em seguida o que se deve entender por homens vivos: “tudo o que se refere aos homens, ao maior número possível de homens, a todos os homens do mundo enquanto se unem entre si em sociedade, trabalham, lutam e melhoram a si mesmos”. Terminada esta frase, ele escreve a seu filho que “tudo isto só pode lhe dar prazer, mais do que qualquer outra coisa”, para depois lhe

Gramsci e a questão religiosa: aportes metodológicos para a análise política das lutas hegemônicas – Diogo Valença de Azevedo Costa – p. 109-145

perguntar diretamente: “Mas será que é assim mesmo?”. O mesmo poderia ser dito do interesse de Gramsci pela religião, pois esta construção do pensamento humano diz respeito ao que os povos constroem historicamente e não seria jamais por um ato racional do intelecto que poderíamos negar essa dimensão cultural da vida em sociedade. Nesse sentido estamos em pleno acordo com Marie Lucas, quando argumenta:

Objetos de uma pesquisa minuciosa e de análises penetrantes, a religião em geral e o catolicismo em particular exprimem para Gramsci a maneira pela qual os indivíduos se representam seu ambiente social como um todo unificado e dotado de sentido. A religião é, antes de tudo, o ponto de articulação entre experiência particular, mediação institucional e sentido universal. Para um político marxista cuja ambição seja a de realizar uma revolução das consciências, essa responsabilidade totalizante do catolicismo pelo ser e o dever ser reclama um estudo estratégico e uma resposta política. Para alcançar um papel cultural comparável àquele da Igreja, o político deve possuir, como esta última, uma ambição religiosa (LUCAS, 2018, p. 243).

Talvez a autora esteja se referindo de modo implícito à noção croceana, incorporada criticamente por Gramsci, de que a religião seria uma forma de ideologia que se expressa na unidade entre teoria e prática, pensamento e ação, ser e dever ser. O catolicismo ou as religiões em geral, ao se dedicarem a fornecer uma concepção de mundo para os indivíduos e a coletividade, incutindo-lhes uma determinada ética de conduta nas várias esferas da vida social, se expressam também politicamente diante das alternativas históricas colocadas para a grande massa de adeptos, muitos dos quais pertencentes aos meios populares e às camadas subalternas. Na ótica de Gramsci, o estudo da religião seria indispensável para a definição de estratégias revolucionárias, dado que seria um meio de se aproximar do povo e de perceber as fissuras e contradições no interior dos próprios blocos religiosos, na tentativa de subtrair os fiéis às influências conservadoras e reacionárias das classes dominantes quando estas se servem da fé como uma forma de autoalienação, exploração e suporte da hegemonia burguesa.

Ao contrário, a religião pode, inclusive, atuar como elemento de catalisação da revolta popular, ao apelar para o elemento utópico existente nos sentimentos religiosos

Gramsci e a questão religiosa: aportes metodológicos para a análise política das lutas hegemônicas – Diogo Valença de Azevedo Costa – p. 109-145

de justiça social, como no caso da “teologia da revolução” (Richard Shaull), da “teologia da libertação” (Gustavo Gutiérrez) e do chamado cristianismo primitivo, este último tendo merecido algumas notas do próprio Gramsci em seus *Cadernos*. Na tradição leninista, esse aspecto contraditório da religião também fora identificado na revolta de parte do clero ortodoxo na Rússia contra a opressão da polícia política czarista. Num texto em que define a política da social-democracia russa, do proletariado socialista, em face da religião no processo revolucionário de 1905, Lênin afirma que o partido, embora com um programa baseado no materialismo histórico, não pode rejeitar em suas fileiras operários religiosos e proclama a religião como um assunto privado, totalmente independente do Estado (LÊNIN, 1984, p. 291-295). Trata-se de uma radicalização de certos princípios do liberalismo clássico diante da religião, a qual o marxismo tentará levar às suas últimas consequências, dado que a burguesia, como classe dominante, traiu seus próprios ideais revolucionários. É certo que as reflexões de Gramsci sobre a religião vão muito além das esparsas observações de Lênin. No entanto, essa referência histórica se faz necessária para mostrar que o marxismo pode assumir, em face da religião, uma posição muito aberta e atuar ao lado de religiosos revolucionários. Os escritos de Antonio Gramsci são talvez a melhor demonstração dessa possibilidade política.

REFERÊNCIAS

BALSA, J. La crítica al objetivismo y la propuesta epistemológico-política contenida en el Cuaderno 11. **International Gramsci Journal**, v. 2, n. 4, p. 3-36, 2018a.

BADALONI, N. Gramsci: a filosofia da práxis como previsão. In: HOBBSAWM, E. J. (org.). **História do Marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 10.

BILLINGS, D. B. Religion as opposition: a Gramscian analysis. **American Journal of Sociology**. v. 96, n. 1, p. 1-31, jul., 1990.

_____. Pensar la estrategia política a partir de los aportes de las nuevas lecturas sobre la obra de Gramsci. **Batalla de ideas**, 2018b. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/73329/CONICET_Digital_Nro.a29ed

Gramsci e a questão religiosa: aportes metodológicos para a análise política das lutas hegemônicas – Diogo Valença de Azevedo Costa – p. 109-145

215-a0de-4c5c-b9db-0fbae5c251a5_A.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 20 de fev. de 2021.

BOER, R. **Criticism of Heaven: On Marxism and Theology**. Leiden: Brill, 2007

COSPITO, G. **Il ritmo del pensiero**: per una lettura diacronica dei «*Quaderni del carcere*» di Gramsci. Napoli: Bibliopolis, 2011.

_____. L'Edizione nazionale dei *Quaderni del carcere*. **Laboratoire Italien**, n. 18, 2016.

COUTINHO, C. N. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. Introdução. In: GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 1.

CUNHA, M. do N. **A explosão gospel**: um olhar das ciências humanas sobre o cenário evangélico no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X/Mysterium, 2007.

DESCENDRE, R. «Des prélats, c'est-à-dire des politiques»: l'Église dans les Cahiers de prison d'Antonio Gramsci. **Revue de l'Histoire des Religions**, t. 2, p. 367-394, 2019.

FATTORINI, E. Religione, morale e concezione dell'uomo. In: Oltre Gramsci con Gramsci, **Critica marxista**, n. 2-3, p. 67-97, 1987.

_____. Gramsci e la questione Cattolica. In: GIASI, F. (org.). **Gramsci nel suo tempo**. Roma: 2007. p. 361-377

FREIXO, A. de. “Influência de Bolsonaro nas polícias é mais preocupante do que nas Forças Armadas”. **Carta Capital**, 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/influencia-de-bolsonaro-nas-policias-e-mais-preocupante-do-que-nas-forcas-armadas-diz-professor/>. Acesso em: 02 de mar. de 2021.

FROSINI, F. Gramsci lettore di Croce e Weber (Rinascimento, Riforma, Controriforma). In: LASTRAIOLI, C., CHIAPPARO, M. R. (orgs.). **Réforme et Contre-réforme à l'époque de la naissance et de l'affirmation des totalitarismes (1900-1940)**. Turnhout: Brepols, 2008. p. 131-167.

_____. **La religione dell'uomo moderno**: politica e verità nei *Quaderni del carcere* di Antonio Gramsci. Roma: Carocci, 2010.

Gramsci e a questão religiosa: aportes metodológicos para a análise política das lutas hegemônicas – Diogo Valença de Azevedo Costa – p. 109-145

_____. Democracia, mito y religión: el Maquiavelo de Gramsci entre Georges Sorel y Luigi Russo. In: SALATINI, R., DEL ROIO, M. (orgs.). **Reflexões sobre Maquiavel**. Marília/São Paulo: Oficina Universitária/Cultura Acadêmica, 2014.

_____. L'egemonia e i "subalterni": utopia, religione, democrazia. **International Gramsci Journal**, v. 2, n. 1, p. 126-166, 2016.

_____. Antonio Gramsci: critica dela religione e masse subalterne. **Nuovo Giornale di Filosofia della Religione**, n. 8, set.-dez., 2018. Disponível em: <https://www.filosofiadellareligione.it/images/Gramsci.pdf>. Acesso em: 02 de mar. de 2021.

FULTON J. Religion and Politics in Gramsci: An Introduction. **Sociological Analysis**, v. 48, n. 3, p. 197-216, 1987.

GOMES, J. M. **Religião, educação e hegemonia nos Quaderni del Carcere de Antonio Gramsci**. Maringá: Editora da UEM, 2014.

GRAMSCI, A. **Cartas do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. v. 2.

_____. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a. v. 1.

_____. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 2.

_____. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001b. v. 4.

_____. **Lettere dal carcere**. Roma: Editrice l'Unità, 1988. v. 2.

_____. **Quaderni del carcere**. Torino: Giulio Einaudi Editore, 2001c. 4 v.

GRELLE, B. **Antonio Gramsci and the Question of Religion: Ideology, Ethics, and Hegemony**. New York: Routledge, 2016.

IHU – INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. O voto evangélico garantiu a eleição de Jair Bolsonaro. 01 de nov. de 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/584304-o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jair-bolsonaro>. Acesso em: 02 de mar. de 2021.

KERTZER, D. I., Gramsci's Concept of Hegemony: The Italian Church – Communist Struggle, **Dialectical Anthropology**, v. 4, n. 4, p. 321-328, 1979.

LA ROCCA, T. **Gramsci e la religione**. Brescia: Queriniana, 1991.

Gramsci e a questão religiosa: aportes metodológicos para a análise política das lutas hegemônicas – Diogo Valença de Azevedo Costa – p. 109-145

_____. Religião. In: LIGUORI, G., VOZA, P. (orgs.). **Dicionário gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LÊNIN, V. I. **Obras escolhidas**. Moscou/Lisboa: Edições Progresso/Edições Avante, 1984.

LIGUORI, G., VOZA, P. (orgs.). **Dicionário gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LÖWY, M. Marxismo y religión: Antonio Gramsci. **Cátedra Mariátegui**. Lima, Ano VIII, n. 48, maio/jun., 2019.

LUCAS, M. Sociologie et religion dans la pensée de Gramsci. **Materialismo storico**, v. 5, n. 2, p. 242-266, 2018.

_____. Gramsci lecteur des encycliques. L'Église de Pie XI et l'«État intégral» dans le Cahier 6. **Revue de l'Histoire des Religions**, t. 2, p. 395-414, 2019.

LUPORINI, C. Gramsci e la religione. **Critica marxista**, v. 17, n. 1, p. 71-85, 1979.

MARTINS, L. PMS cogitam desembarcar do governo: 'Se aparecer um nome de centro, Bolsonaro vai sofrer'. **The Intercept Brasil**. 18 de mar. de 2021. Disponível em: <https://theintercept.com/2021/03/18/pms-cogitam-desembarcar-do-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 25 de mar. 2021.

MELCHIORRE, V. L'idea di religione in Antonio Gramsci. In: Melchiorre, V., Vigna, C., De Rosa, G. (org.). **Antonio Gramsci**. Il pensiero teorico e politico, la «question leninista», Roma: Città Nuova, 1979.

PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Gramsci e a questão religiosa**. São Paulo: Edições Paulinas, 1984.

PY, F. Padre Paulo Ricardo: cavaleiro de batina do apocalipse pandêmico. **Mídia Ninja**, 2021. Disponível em: <https://midianinja.org/fabiopy/padre-paulo-ricardo-cavaleiro-de-batina-do-apocalipse-pandemico/>. Acesso em: 06 de mar. de 2021.

SEMERARO, G. Gramsci e a religião: uma leitura a partir da América Latina. **O Social em Questão**, Ano XX, n. 39, p. 87-108, set./dez., 2017.

SIMMS, R. **A Gramscian Analysis of the Role of Religion in Politics**: case studies in domination, accommodation, and resistance in Africa and Europe. New York: Mellen, 2010.

Gramsci e a questão religiosa: aportes metodológicos para a análise política das lutas hegemônicas – Diogo Valença de Azevedo Costa – p. 109-145

STACCONE, G. **Filosofia da religião**: o pensamento do homem ocidental e o problema de Deus. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

TAKAHIRO, C., Gramsci's critique of Croce on the Catholic Church. **History of European Ideas**, v. 46, n. 2, 2020.

VINCO, R. **Una fede senza futuro?** Religione e mondo cattolico in Gramsci. Verona: Mazziana, 1983.

Recebido em: 01/11/2020 Aprovado em: 30/01/2021
--

Gramsci e a questão religiosa: aportes metodológicos para a análise política das lutas hegemônicas – Diogo Valença de Azevedo Costa – p. 109-145